

UMA EXPERIÊNCIA DE ANÁLISE COOPERATIVISTA A PARTIR DO TRABALHO DE CAMPO: O CASO DA COCAMAR E COPAVI*

José ALVES**

Karina Furini da PONTE***

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os princípios do sistema cooperativista e suas transformações a partir do processo de modernização da agricultura e da formação dos Complexos Agroindustriais. Como ponto de reflexão, adotou-se duas cooperativas que apresentam realidades diferentes, uma que na sua essência evidencia traços da doutrina cooperativista (COPAVI), e outra, que devido a vários fatores econômicos e políticos está assumindo feições de uma empresa capitalista, tornando-se uma multicooperativa (COCAMAR).

Palavras Chaves: Sistema Cooperativista, Cooperativa, Modernização da Agricultura, Multicooperativas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Resumen: Este artículo tiene para el objetivo analizar los principios del sistema cooperativista y sus transformaciones que empiezan del proceso de modernización de la agricultura y de la formación de Complejos Agroindustrias. Así como el punto de la reflexión, usó dos cooperativas que presentan las realidades diferentes, uno que todavía se evidencia líneas de la doctrina del cooperativista (COPAVI), y otro, que debido a varios factores económicos y políticos presentan rasgos de una compañía capitalista, volviéndose una multicooperativa (COCAMAR).

* Texto apresentado como trabalho final da disciplina "Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil", ministrado pelo Prof. Dr. Elpidio Serra no Curso de Pós-Graduação em Geografia, na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/Unesp, Presidente Prudente, SP.

** Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL e mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia, na Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente. Bolsista CAPES / Brasil. E-mail: bairral@hotmail.com

*** Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL e mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia, na Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente. Bolsista CNPq / Brasil. E-mail: karinaponte211@hotmail.com

Palavras chave: Sistema Cooperativista, Cooperativa, Modernización de la Agricultura, Multicooperativas, Movimiento de los Obreros Rurales Sin la Tierra.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de algumas discussões e reflexões realizadas na disciplina "Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil", no qual procurou-se focar, a partir do debate em sala, juntamente com o trabalho a campo, duas realidades do cooperativismo brasileiro.

Assim sendo, visitou-se a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (COCAMAR), que é uma cooperativa de industrialização e comercialização, e a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda (COPAVI) em Paranacity, que é uma cooperativa de produção estruturada a partir do assentamento coletivo Santa Maria do MST; ambas localizadas no Estado do Paraná.

Para tanto, neste texto, procurou-se com base em algumas leituras, mostrar o cooperativismo como uma proposta surgida a partir do princípio de ajuda mútua e eliminação do lucro, visando a construção de uma sociedade mais justa e humana. Entretanto, na evolução da sociedade capitalista o cooperativismo foi sendo atrelado a essa dinâmica e, conseqüentemente, deixando de ser uma proposta utópica rumo ao socialismo. Feito essa explanação, buscar-se-á abordar diferentes perspectivas teóricas sobre o sistema cooperativista no Brasil.

Dando continuidade à análise, busca-se identificar a formação dos Complexos Agroindustriais a partir do processo de modernização da agricultura brasileira e a inserção das cooperativas nessa dinâmica de transformação da realidade agrária. Neste contexto, procura-se discutir como este novo padrão agroindustrial contribuiu para a reestruturação das cooperativas e, conseqüentemente, quais produtores se beneficiaram. Assim, caracterizar-se-á a formação e ação das multicooperativas nesse cenário; momento este que se apresenta algumas reflexões sobre a visita a COCAMAR.

Por fim, discutir-se-á uma outra realidade do cooperativismo, que tem como base as experiências que envolvem o controle da terra e da organização do processo produtivo em moldes comunitárias, organizadas num assentamento coletivo estruturado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Paranacity- Pr.

Realizadas essas fases do trabalho, propõe-se às análises comparativas das diferentes realidades do cooperativismo agrícola. Desde já, vale ressaltar que tais reflexões procuram contribuir para se entender os diferentes contextos que envolvem a proposta cooperativista; sendo estes reflexos de experiências políticas, econômicas e sociais dos grupos envolvidos na ideologia cooperativista.

2. COOPERATIVISMO AGRÍCOLA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

O cooperativismo foi visto pelos "socialistas utópicos" como uma proposta de transformação das disparidades sociais numa sociedade mais justa e humana, especialmente, no momento da Revolução Industrial, no qual as desigualdades, a exploração e o crescente número de desempregados eram uma realidade na Europa. Assim, o cooperativismo foi uma forma encontrada pelos trabalhadores para se defenderem da opressão social e econômica nas quais se encontravam.

O debate dos teóricos "utópicos" do cooperativismo enquanto possibilidade de mudança social é bastante expressiva e complexa, tendo grandes contribuições para o desenvolvimento das concepções teóricas e político-filosóficas sobre a doutrina cooperativista. Deste modo, conforme Ribas (2001), os precursores do cooperativismo contribuíram para a sistematização dos princípios fundamentais desse novo arranjo sócio-territorial,

com a necessidade da associação do trabalho, a organização coletiva do trabalho, a organização da classe trabalhadora perante as 'mazelas' do capital, a necessidade de superação do lucro, a gestão democrática das associações cooperativas, o princípio do self help entre outro (RIBAS, 2001, p.81).

As primeiras experiências do sistema cooperativista tiveram sua gênese em Rochdale, distrito de Lancashire na Inglaterra, na qual vinte e oito tecelões buscando uma alternativa para melhorar suas precárias situações econômicas, elaboraram o estatuto da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale. Esse teve como princípio o respeito da estrutura e do funcionamento da cooperativa de consumo que, posteriormente, passaram a constituir os fundamentos da doutrina cooperativista.

Para Pinho (1977) tais preceitos estabeleciam que as comunidades que se organizavam na forma de cooperativas eram sociedades de pessoas e não de capitais, que deveriam ser regidas pelos seguintes princípios: governo da sociedade mediante eleição; livre adesão e demissão dos sócios; gestão democrática com direito a um voto apenas por associado (“um homem, uma voz”); taxa limitada de juro do capital social; distribuição das sobras proporcionalmente por associado, imprimindo ideais que visavam não somente a melhoria da situação econômica, mas também, o próprio aperfeiçoamento moral e intelectual do cooperado.

Entretanto, tendo em vista a concepção filosófica do cooperativismo e as experiências concretas que se ampliaram, algumas análises críticas passaram a engendrar o debate sobre tal temática. Sendo assim, procurar-se-á ressaltar que o sistema cooperativista na análise de alguns autores marxistas foi visto como não sendo um passo para uma sociedade socialista, na qual ocorreria a emancipação dos trabalhadores.

Endossando este raciocínio, Ribas (2001) enfoca que

[...] sobre a negação da possibilidade concreta de emancipação dos trabalhadores a partir da organização cooperativa, Rosa Luxemburgo também é muito taxativa, quando afirma que ‘as cooperativas, e em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista: constituindo uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista’ [...]. Para a autora, o cooperativismo estaria restrito a uma oposição ao capital em sua esfera comercial, não estando diretamente em oposição ao capital propriamente dito (RIBAS, 2001, p.90).

Kautsky (apud FLEURY, 1983, p.17-18) é um outro teórico com importantes contribuições sobre o debate crítico do cooperativismo, que “em sua análise da questão agrária, descartou a possibilidade das cooperativas virem a constituir uma etapa no caminho para o socialismo”. Além disso, na visão do mesmo autor, as cooperativas, “constituem um poderoso instrumento para o avanço da industrialização da agricultura, abrindo caminho para a dominação do capital, que sem elas podem encontrar maiores dificuldades”.

Ainda com referência a Kautsky e a Rosa Luxemburgo, Fleury (1983, p.18-19) enfoca que na visão dos mesmos, o capital termina, portanto, por

estruturar a cooperativa e, conseqüentemente, destruindo os elementos que lhe conferiam um caráter específico, transformando assim, em empresas capitalistas. Todavia, essas “previsões” não ocorreram, pois não se constatou uma homogeneização de todas as cooperativas em empresas.

No bojo dessas discussões, Fleury (1983, p. 20) trabalha ainda com uma outra concepção teórica que é a de “entender como cooperativas e produtores não capitalistas persistem e se reproduzem em sociedades capitalistas, como é o caso brasileiro”. Para a referida autora, o desenvolvimento do capitalismo com a crescente monopolização da indústria sem a contrapartida agrícola, abriu espaço para a reprodução de produtores não capitalistas que, para se defenderem da contínua perda do poder de troca com outros setores da sociedade, assumiram o projeto cooperativista como forma de auto defesa.

Seguindo com Fleury (1983, p.31) na compreensão da discussão sobre o cooperativismo agrícola no Brasil, ela ressalta que os primeiros estudos a respeito dessa temática enfatizavam a égide doutrinária e seu potencial reformista, sem, entretanto, penetrar no real significado deste movimento no país. Já, os diversos estudos da década de 1970 marcaram uma perspectiva que desmistifica tal caráter reformista, demonstrando que o cooperativismo segue a lógica do capital, chegando a reproduzir internamente a estrutura de poder da sociedade em que se insere.

Sobre essa discussão do cooperativismo agrícola inserido na dinâmica do capitalismo, Schneider (1981, p.11) enfoca que a dialética da integração entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo não só frustraram as propostas de mudança da sociedade, mas, possibilitaram a incorporação desse sistema na própria dinâmica da expansão do capital, enquanto elemento de complementação à economia de mercado.

Schneider (1981, p.13) ao analisar este contexto a partir do desenvolvimento periférico, neste caso o Brasil, situa a discussão dentro do contexto maior dos desequilíbrios estruturais gerados e reproduzidos pelo modelo dependente em curso no país. Procura verificar ainda, algumas dimensões da dinâmica de subordinação do setor agrícola ao modelo de acumulação centrado no setor urbano-industrial e o funcionamento do cooperativismo agrícola em relação a essas mesmas dimensões. Por fim, busca verificar até que ponto o cooperativismo agrícola se “subordina ou se contrapõe a um processo de diferenciação crescente, que se manifesta, não só ao nível das grandes regiões geográficas, mas também entre produtores e entre subsetores da nossa agricultura”.

Dando continuidade às suas discussões, Schneider (1981) enfoca que o desenvolvimento do cooperativismo, até o momento por ele analisado, vinha se configurando de forma tímida e descontínua, principalmente, no que se refere à incorporação da massa de pequenos produtores rurais que estão localizados a margem da chamada agricultura comercial, justamente um universo que constitui o público mais carente de formas de organização e recursos que lhes assegure sua sobrevivência enquanto produtores autônomos.

Em contraposição, na visão do mesmo autor, este modelo de acumulação privilegia a agricultura comercial, de exportação (através do estímulo de preços, créditos, infra-estrutura, pesquisa, assistência técnica, etc.) se comparado com uma agricultura tradicional, produtora de alimentos básicos, o que acaba sendo uma divisão interna do trabalho imposta pelo modelo de acumulação.

Nesta perspectiva, Schneider (1981, p.31) afirma que é

utópico pensar que este cooperativismo individualista, inserido no contexto de uma formação social que tem no capitalismo o seu modo de produção dominante, atue no sentido de reverter a dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentam esse processo (SCHNEIDER, 1981, p.31).

Fleury (1983) analisando outros trabalhos sobre o cooperativismo agrícola, destaca a vertente de discussão sobre essa temática, na qual o sistema cooperativista, mesmo mantendo sua organização específica que o caracteriza, não deixa de subordinar a produção familiar de modo a explorar o sobretabalho submetendo-a às exigências do capital. Aqui o ponto central da análise é entender a partir das relações de produção a exploração e a subordinação dos produtores familiares, sem expropriá-los, via cooperativas agrícolas, enfocando-as na dinâmica da sociedade capitalista e não como uma instituição à parte.

Após essa explanação, brevemente por assim dizer, pode-se verificar a origem e o desenvolvimento da proposta cooperativista. Desenvolvimento este, que conforme a análise dos referidos autores não poderá ser vista mais com o enfoque da cooperativa contribuindo enquanto mudança social através dos seus princípios filosóficos, mas como esta será atrelada a dinâmica do sistema capitalista.

Assim, um ponto que merece destaque é que embora algumas cooperativas mantenham certos princípios doutrinários do cooperativismo, outras mantêm sua lógica de atuação baseada na dinâmica de mercado para poder competir com as empresas. Com isso, primará por algumas regras de produtividade, competição de preços e qualidade dos produtos. Nesse sentido, as cooperativas que seguem tais características mencionadas, assumem posturas de uma empresa capitalista.

Portanto, se torna relevante neste momento, realizar uma distinção entre a cooperativa e a empresa capitalista juridicamente estabelecida, para que assim, se possa entender a lógica de ambas.

Sobre essa discussão da diferenciação da cooperativa e da empresa capitalista, Fleury (1983, p.21) tece importantes contribuições. Segundo a autora, ao estudar o fenômeno cooperativista atrelado a dinâmica econômica não se deve estudá-lo com um apego excessivo a doutrina cooperativista, podendo assim, distorcer as análises. Todavia, não se deve estudá-lo totalmente divorciado de seus princípios doutrinários, "o que em última instância implicaria em reduzir a cooperativa a uma empresa".

Deste modo, Fleury (1983) define a cooperativa como:

uma associação de pessoas que se rege por três princípios básicos: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa. A propriedade cooperativa significa que os usuários da cooperativa e não os detentores do capital são seus proprietários; a gestão cooperativa implica em que o poder decisório se concentra em mãos dos associados; a participação cooperativa significa que a distribuição do lucro da cooperativa (as sobras líquidas) é feita proporcionalmente à participação dos associados nas operações da mesma (FLEURY, 1983, p.21).

Assim, tais características conferem à cooperativa o caráter de "empresa associada", uma vez que esta inclui a associação voluntária de pessoas que constituem uma sociedade e empreendimento comum pelo qual esta sociedade alcança seus objetivos.

Tendo em vista essa ressalva sobre as particularidades da cooperativa como uma empresa, não se pode negar que com o desenvolvimento do sistema capitalista e as cooperativas fazendo parte da mesma dinâmica, ocorre o que ficou conhecido como "cooperativismo tipicamente empresarial".

Este teria como principais características:

sua peculiaridade de ser um instrumento de subordinação dos trabalhadores, a partir da égide do capital e um sistema pelo qual a complexificação das relações, que resultam do aporte de capital inserido na estrutura da empresa, acabam por solapar princípios cooperativista fundamentais, como o de gestão democrática, cristalizando uma separação entre a gestão da cooperativa e a participação política de seus cooperados (RIBAS, 2001, p.107).

Como se verificou, procurou-se neste momento do texto, tecer alguns apontamentos sobre a análise do cooperativismo no Brasil, realizando uma leitura do cooperativismo além dos seus aspectos doutrinários, inserindo-o na dinâmica do modo de produção capitalista.

Neste sentido, passar-se-á para um outro momento da análise que se refere ao processo de modernização da agricultura brasileira e, conseqüentemente, a formação dos Complexos Agroindustriais, bem como, as transformações das cooperativas a partir destes processos. Ainda dando seqüência a esse pensamento, caracterizar-se-á a formação e ação das multicooperativas nesse cenário; momento este que se apresentará algumas reflexões sobre a visita a COCAMAR.

3. O NOVO PADRÃO AGROINDUSTRIAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA COOPERATIVISTA: O CASO COCAMAR.

A partir da década de 1960, e especialmente nos anos de 1970, verificou-se no Brasil um intenso processo de transformações econômicas, políticas e sociais caracterizadas por mudanças nas estruturas das relações produtivas entre agricultura e indústria a partir da introdução tecnológica no campo, denominada de modernização da agricultura.

Para Fleischfresser (1988) esta introdução tecnológica no cenário agrícola veio imposta pelo Complexo Agroindustrial (CAI) dominado por interesses nacionais e internacionais, intensificando assim, a subordinação da agricultura à indústria.

Neste sentido, a indústria passa a exigir da agricultura produtos de qualidade, padronizados e em larga escala para poder competir com o mercado externo. Com estas exigências, se torna necessária que a produção agrícola recorra a indústria comprando insumos, adubos e equipamentos para que assim, possa conseguir propiciar produtos no nível exigido por elas.

Neste contexto, assume a política de crédito rural o principal veículo articulador dos interesses rurais e urbanos em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador, na qual a agricultura converteu-se num grande mercado comprador de insumos industriais sob os estímulos da política de crédito rural subsidiário.

Vergopoulos (apud GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.67) ressalta que

a acumulação do capital necessita não da 'racionalização' da agricultura, mas da submissão da agricultura à racionalidade do setor industrial, o que pode eventualmente, ser combinado com certo grau de 'irracionalidade' relativa da produção agrícola.

O capital não quer melhorar a agricultura, no sentido dela tornar-se auto-suficiente e rentável, mas de fazê-la submissa e servindo como fornecedora de mão-de-obra e de matéria-prima para as indústrias e, além disso, requerer dela produtos agrícolas, ficando assim, dependente dos interesses do capital industrial e financeiro.

Então, pode-se verificar que as transformações na agricultura brasileira estiveram atreladas a constituição do CAI, o que por conseqüência trouxeram mudanças nas relações produtivas e novas articulações campo/cidade.

O Complexo Agroindustrial (CAI), para Muller (1989), é caracterizado pelas

atividades referentes à geração, ao beneficiamento/ transformação e à produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas, até a armazenagem, transporte e distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda o financiamento, a pesquisa, a tecnologia, e a assistência técnica (MULLER, 1989, p.05).

Deste modo, pode-se verificar que o Complexo Agroindustrial passa a dominar vários setores da produção, subordinando a agricultura a sua lógica.

Configura-se assim, uma articulação desigual entre ambos, pois a maior parte dos benefícios se concentra para a classe agroindustrial.

Portanto, observou-se que com o processo de modernização da agricultura e a origem de um novo padrão agrícola com a instalação dos Complexos Agroindustriais, no qual a produção agrícola passou a ser determinada pelo seu capital industrial, juntamente com as mudanças no mercado a partir da globalização, abertura econômica e integrações regionais, o sistema cooperativo passou por várias transformações a fim de adequar-se ao novo sistema imposto, passando a fazer parte dos CAIs.

Com estas transformações do setor agropecuário brasileiro muitos produtores se modernizaram. Portanto, surgiram novas demandas para as cooperativas como armazenagem, beneficiamento e industrialização, o que de certa forma, impulsionou-as para adotarem novas estratégias gerais e específicas para atender às exigências de seus associados e da modernização da agricultura.

Estas novas exigências derivadas do processo de modernização provocaram então, uma reestruturação das cooperativas agrícolas, o que implicou em investimentos elevados justamente num período em que a participação do Estado no financiamento reduziu-se significativamente. Sendo assim, tornou-se de extrema relevância o desenvolvimento de condições internas para sua inserção no modelo agroindustrial.

Para que houvesse a possibilidade do sistema cooperativo abranger tais alterações endógenas, deu início a um processo de fusões e incorporações das unidades, na qual segundo Panzutti (1997, p.83) reuniu em suas atividades:

a manufatura, a distribuição de insumos para a unidade produtiva agrícola e, também, operações tais como armazenagem, processamento, industrialização, distribuição de produtos agrícolas e seus subprodutos, não se restringindo à comercialização da produção (PANZUTTI, 1997, p.83).

A este novo perfil de agrupamento das cooperativas, de maneira a adequar-se às necessidades da macroeconomia, configurou-se em todo o Brasil um processo de decréscimo no número de unidades de 1.739, na década de 60, passou para 1.160 cooperativas na década de 70; ao mesmo tempo em que aumentou o número de associados, que de 406.486 passou para 759.133 agricultores (PANZUTTI, 1997, p. 82).

Neste sentido, Jank e Bialoskorski Neto afirmam que devido as

mudanças estruturais profundas, cujas principais vertentes são a desregulamentação dos mercados, a crise dos mecanismos tradicionais de apoio do Estado, abertura econômica e as integrações regionais (e) no meio empresarial, as palavras de ordem são: diversificação e diferenciação [...] qualidade, concorrência globalizada [...] mudanças tecnológicas [...] entre outras (apud PANZUTTI, 1997, p.82),

levaram algumas cooperativas agrícolas a se transformarem em complexas macro-organizações, configurando-se de empresas cooperativas comerciais em empresas cooperativas agroindustriais.

Tanto Costa (1992) como Delgado (1985), afirmam que este novo padrão agrícola iniciado pelo processo de modernização da agricultura alterou a atuação das cooperativas; até o início do ano de 1970, estas apresentavam funções agromercantis e, após este período, adquirem estruturas agroindustriais e mercantis. Deste modo, passam a assumir características baseadas na comercialização e industrialização dos produtos agrícolas, tentando se adaptar a nova estruturação do CAI.

É necessário ressaltar também que estas transformações ocorreram de forma heterogênea, pois apenas a maior parte das médias e grandes cooperativas conseguiram adaptar-se às funções agroindustriais.

As novas posturas assumidas por estas empresas cooperativas privilegiam a geração de excedentes, divergindo de seus princípios doutrinários que é a valorização dos produtores e não do capital. Tal alteração ocorre devido a sua inserção num mercado capitalista em que se exige a eficiência e a competitividade. Deste modo, transformando-se em grandes conglomerados empresariais.

Este modelo de cooperativa, por privilegiar interesses do capital, contribui para reproduzir e reforçar a estrutura desigual da sociedade. Assim, não tem como pressuposto uma organização de agricultores no sentido de contestar as leis do capital, mas sim, para reforçar a sua expansão e acumulação (FABRINI, 2002, p. 100).

Essas cooperativas metamorfoseadas em empresas capitalistas é definida na literatura como "multicooperativa" e, caracteriza-se como uma:

entidade cuja estrutura e dinâmica de crescimento apresenta várias similaridades com a morfologia da empresa controladora de um grupo empresarial. Tais similaridades manifestam-se pela diversidade multissetorial e espacial de operações econômicas, e pela complexidade da estrutura organizacional, sob a hegemonia de um staff que centraliza as decisões de investir (DELGADO, 1985, p.165).

Embora este modelo de cooperativa seja restrito em apenas algumas regiões e grupos sociais, assume uma importância econômica largamente dominante no movimento cooperativista.

Delgado (1985) analisando o setor mais representativo em termos de quantidade de produtos comercializados, que são as multicooperativas de soja-trigo, ressalta a questão da relação entre cooperados e administração, afirmando a monopolização das grandes decisões de investimento em poder de uma elite de cooperados-empresários, assessorada por tecnoburocratas, muitos dos quais sem vínculo com o quadro social da cooperativa, nos quais os pequenos acionistas, embora gozem do direito à participação em assembleias, tem um poder nulo ou desprezível nas decisões.

A questão crucial que envolve o crescimento e a diversificação das grandes unidades cooperativas, segundo Delgado (1985), está relacionada ao financiamento para sua expansão e da autonomia que estas possam ter em equacionar o problema financeiro, envolvendo primeiramente a questão do crédito rural especializado, o que pode ser considerado o mais simples e, em uma segunda instância, e certamente a mais importante e fundamental, é a de alavancar fundos.

Neste sentido, se torna necessário e relevante o papel das multicooperativas através da constituição de um novo pacto social entre os próprios grupos de produtores e a alta administração cooperativa para que haja um consenso que permita a acumulação das sobras e sua reinversão produtiva.

Constata-se que a esfera financeira estatal representada pelos bancos é certamente o definidor no sentido de suprir ou regular a forma de financiamento e a estratégia de crescimento das multicooperativas. Com isso, observa-se que esta dependência financeira do complexo cooperativo brasileiro em relação a estes estabelecimentos representa uma das grandes limitações ao pleno desenvolvimento do capital financeiro no sistema.

Pode-se perceber que o novo modelo cooperativista representado pelas multicooperativas indica uma melhoria sócio-econômica significativa para os pequenos produtores tecnificados e para os produtores médios ou grandes incorporados à sociedade cooperativa. Desta forma, questiona-se o papel dos pequenos produtores não tecnificados dentro do sistema do grande capital monopolista, no qual envolve muitas vezes sua marginalização e expulsão do mercado, tornando-se, a maior parte deles, em mão-de-obra assalariada para o capitalismo e configurando sua dificuldade de inserção nas cooperativas.

Como exemplo empírico desta análise, propõe-se realizar reflexões em torno da COCAMAR (Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá), localizada no Estado do Paraná, mais especificamente na cidade de Maringá, na qual com base nas observações e palestras junto a esta unidade, procura-se analisar sua constituição e desenvolvimento que estão embasadas nas características básicas de uma cooperativa como empresa capitalista.

A COCAMAR foi fundada em 1963, com o objetivo de atender especificamente aos proprietários de café de Maringá e região, uma vez que naquele período a cultura cafeeira encontrava em crise devido à superprodução, o que levou, conseqüentemente, a queda de preço no mercado internacional. Portanto, surge o papel do Estado por intermédio do IBC (Instituto Brasileiro de Café) e do Banco do Brasil, com políticas de incentivos a criação de cooperativas com o objetivo de armazenamento da produção cafeeira, o que facilitaria aos produtores o tempo suficiente à normalização dos preços no mercado.

A partir de 1964 novas características foram sendo impressas às cooperativas paranaenses, em especial a COCAMAR. Primeiramente, inicia-se uma abertura para novos produtos devido ao processo de crise pela qual se encontrava esta unidade cooperativa. Com isso, a solução encontrada para evitar a liquidação causada pela crise da política do café foi a adoção do beneficiamento do algodão.

Outro fato relevante para a análise da transformação das cooperativas foi o processo de modernização da agricultura ocorrido na década de 1970, marcado por uma injeção de incentivos e recursos por parte do Estado. Portanto, constata-se que vão surgindo elementos característicos de uma empresa capitalista dentro das cooperativas, fatores estes que irão muitas vezes ir contra e negar a própria doutrina cooperativista.

Zanin, membro da administração da COCAMAR, em uma palestra proferida na cooperativa, ressalta que a agricultura é viável, mas os produtores rurais têm que ser executivos rurais, incorporando novas tecnologias, caso contrário, não conseguem sobreviver no sistema globalizado, competitivo e concorrencial. Deste modo, pode-se perceber que a lógica contida atualmente no sistema cooperativista é a sua inserção no modelo capitalista, senão poderá estar fadado ao fracasso. Com isso, muitas cooperativas estão se tornando empresas capitalistas para poder manter-se dentro do sistema.

A partir da realidade observada na COCAMAR, denota-se elementos característicos de um multicooperativa, embora sua direção administrativa não entende estas transformações como ligações atreladas ao capital, mas como forma de adaptar-se ao sistema mantendo ainda características da doutrina cooperativista. Desta forma, procura-se realizar uma análise destes elementos.

Como afirmado anteriormente, a COCAMAR teve sua gênese baseada no café, mas nos dias atuais recebe, transforma e comercializa vários produtos como: café, algodão, laranja, soja, milho, casulo do bicho da seda, cana-de-açúcar, canola, dentre outros. Caracterizando assim, uma atuação baseada na diversificação de produtos e marcada por políticas de incentivos aos produtores no sentido da não adoção da monocultura, salvo a produção da soja que requer extensões maiores de áreas.

Dentre as políticas de apoio aos produtores na diversificação de sua produção, tem destaque a proposta do sistema rotativo de cultura implantado, principalmente, na região oeste do Paraná desde 1999. Neste, os técnicos propagam a integração agricultura-pecuária de forma que os proprietários ampliem seu leque da produção agrícola e adotem juntamente a pecuária como uma forma de manter-se inserido no mercado, o que denota uma característica de multicooperativa, a diversificação da produção.

A COCAMAR, em Maringá, representa a sede da cooperativa, na qual está ligada a outras unidades com finalidades de entrepostos sendo 16 na região de Maringá, quatro na de Umuarama, 12 em Paranavaí e outras na região de Apucarana. Este aumento no número de entrepostos se dá no sentido de diminuir a distância do associado à cooperativa, evitando assim os "desvios" de produção, pois devido a concorrência com as empresas privadas e, também com outras cooperativas, é mais vantajoso para o produtor entregar sua produção para quem lhe oferecer mais vantagens, principalmente no que se refere a redução da distância, ao preço e assistência técnica. Deste modo, havendo uma maior

aproximação com seus fornecedores, poderá haver um auxílio maior às suas necessidades e arrebatar mais cooperados.

Outro elemento que denota uma característica de multicooperativa na COCAMAR é a concentração de decisões por parte da alta administração, pois como esta unidade concentra muitos associados há uma maior dificuldade em reuni-los para as assembléias. Sendo assim, torna-se mais simples o convencimento dos membros associados e a formação de grupos de interesses dominados pela alta *staff*, que serão os que determinarão os rumos da cooperativa.

Segundo Delgado (1985) a ordem de grandeza da cooperativa é indicada pelo valor de faturamento. Para isso, busca-se identificar o rendimento da cooperativa estudada nos últimos anos. Deste modo, evidenciou-se que em 1989 o valor total das vendas da COCAMAR era de 200 milhões; já, em 2002, encontrava-se com 550 milhões, o que caracteriza a viabilidade econômica desta cooperativa enquanto empresa capitalista.

Com relação ao quadro de produtores cooperados e não-cooperados desta unidade em 2002, pode-se verificar que há 5.500 associados e 6.000 terceiros, ou seja, esta segunda categoria ultrapassa a primeira. Deste modo, a presença de terceiros denota o sentido de empresa, pois não são associados, há apenas uma relação de compra e venda de bens agrícolas, sendo interessante para a cooperativa no sentido de auferir mais capitais, pois este tipo de relação não é característica do sistema cooperativo.

A presença de elementos externos ao quadro de associados vai além da recepção de bens agrícolas, sendo representada também pela prestação de serviços a terceiros com a produção de bens manufaturados para outras empresas, como por exemplo, as redes de hipermercados Carrefour e Big, além de haver outras que realizam serviços para esta unidade. Assim, este setor de varejo é responsável por 20% do faturamento da cooperativa.

A COCAMAR tem em seu quadro de funcionários 2.700 trabalhadores (2002), incluindo empregados contratados por ela e serviços de terceiros em setores como transporte, jardinagem, serviço gráfico, refeição, dentre outros. A presença de outras empresas para a realização de serviços demonstra uma característica de empresa capitalista, sendo mais viável economicamente adotar este estilo de relação trabalhista do que ter encargos sociais na contratação de empregos diretos.

Diante destas considerações, pode-se visualizar a transformação da COCAMAR em uma empresa capitalista como estratégia para se manter no sistema. Deste modo, observa-se uma alteração na doutrina cooperativista, que mesmo não rompendo com alguns princípios básicos, reestruturou-se para alcançar a evolução ditada pela ordem da acumulação. Entretanto, pode-se analisar até que ponto esta modificação de sua condição poderá atender aos produtores associados e ao mesmo tempo responder às exigências do mercado? Esta é uma questão difícil de responder, pois no modo capitalista apenas os interesses do capital são considerados.

4. O COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS COLETIVOS: O CASO DA COPAVI

Neste momento, passar-se-á a apresentar e, de certa forma, tecer algumas análises sobre uma outra realidade do cooperativismo brasileiro, que envolve o controle da terra e da organização do processo produtivo em bases comunitárias. Tal contexto refere-se ao assentamento coletivo Santa Maria em Paranaity – Pr, estruturado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

De antemão, propõe-se a traçar alguns apontamentos da forma de organização deste modelo através de algumas leituras e a experiência obtida com o trabalho de campo. Para tanto, procura-se, primeiramente, situar o assentamento num contexto maior da luta pela terra e, posteriormente, abordar-se-á mais especificamente da COPAVI.

Ao remeter a análise sobre o cooperativismo em assentamentos rurais, não se pode a priori, situá-los somente como uma conquista da luta dos trabalhadores sem terra; reivindicação esta que não termina com a conquista da terra em si, mesmo esta sendo fundamental para o produtor familiar conseguir se manter como tal. Além da terra é fundamental que os assentados tenham condições de viabilizar econômica e socialmente seu lote; que tenham condições não só de produzir, mas de comercializar; que tenham infra-estruturas, entre outras necessidades que culmine em boas condições de vida, podendo assim viver dignamente.

Realizando uma breve análise retrospectiva do momento de luta pela terra no Brasil, destaca-se que a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo o que se percebe é um movimento intrínseco de expropriação e expulsão

dos produtores familiares de suas terras, ou no caso dos proprietários, a perda do acesso à mesma. Isso não quer dizer que ocorreu um processo de eliminação dos produtores familiares do campo em tal contexto, muito pelo contrário, o que se percebe é que o capitalismo na sua lógica desigual e combinada ao mesmo tempo em que consolida relações de produção tipicamente capitalistas (como o trabalho assalariado), contraditoriamente cria e recria relações não capitalistas de produção.

A continuidade de uma agricultura estruturada a partir da produção familiar não significa que esta se encontra alheia ao capital, desvinculada deste, mas ao contrário disso, para Oliveira (1999) o capital cria formas de apropriar do fruto do trabalho desses trabalhadores (mesmo não assalariados) através da sujeição da renda da terra e da expropriação do sobretrabalho familiar.

Todavia, mesmo simplificando tal processo, foi a partir do quadro de expropriação/expulsão, que os trabalhadores rurais passaram, a partir da década de 1970, a se organizarem e promoverem ações de luta pela terra através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Diante deste cenário de luta pela terra e depois da conquista da mesma com as dificuldades para viabilizar o lote, muitos produtores acabaram abandonando-o por não terem condições de nele produzir. Como ressalta Serra (2001, p.158) de que “o dinheiro dos financiamentos era pouco, o preço das sementes, do adubo, dos defensivos e das máquinas era cada vez maior, inviabilizando as atividades nos assentamentos rurais”. Decorrente de tais dificuldades enfrentadas pelos agricultores assentados começa a partir daí as experiências de associações de assentamentos para a compra e venda em comum, inclusive para uso de alguns equipamentos agrícolas, sendo inviável a compra do mesmo de forma individual.

Deste modo, nos anos de 1990 tais associações evoluem para cooperativas de crédito, de comercialização e aparecendo, posteriormente, as cooperativas de produção. Tais experiências vividas pelos assentados vão acabar possibilitando ao MST formular o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Assim, através do SCA:

todas as formas de cooperação agrícola passam a ser estimuladas dentro de uma estrutura em que, na base, vão aparecer as cooperativas de produção e comercialização; a nível de Estado, vão aparecer as cooperativas centrais, ou as

centrais cooperativistas; no topo, a nível nacional, como órgão máximo do sistema, vai destacar a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil, criada em 1992 (SERRA, 2001, p.159).

Se por um lado, o MST através das cooperativas busca aumentar a produção agrícola e a produtividade do trabalho nos assentamentos e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos assentados, o cooperativismo não tem somente esses objetivos.

Segundo Fabrini (2001, p.54), o cooperativismo nos assentamentos tornam-se importantes não só pelo seu significado econômico, mas, sobretudo pelo significado político, pois na visão do autor, tanto os assentamentos como as cooperativas neles existentes tornam-se instrumentos questionadores da ordem capitalista/oligárquica. Isso ocorre porque,

as cooperativas também assumem importância política quando se tornam elemento irradiador e fortalecedor das mobilizações e lutas. Elas são referências na formação de lideranças e 'quadros' que atuam tanto nas propostas de organizar a produção agrícola, como nas mobilizações de conquista da terra e novos assentamentos (FABRINI, 2001, p.54).

Deve-se destacar também que esta forma de gestar os assentamentos através da produção, industrialização/ "agroindústria" e a inserção dessa produção agregada de valor no mercado é uma forma do cooperativismo ser visto como um instrumento de cunho sócio-econômico-político, mostrando de forma positiva e concreta os resultados e a viabilidade dessa experiência. Este modelo culmina no fortalecimento estratégico do MST enquanto movimento social organizado territorialmente na sociedade brasileira.

Antes de tratar do assentamento coletivo do MST e da experiência de cooperativismo decorrente do mesmo, convém destacar que este tipo de organização de trabalho não é maioria no contexto dos assentamentos de reforma agrária organizado pelo MST. Assim, segundo Fabrini (2001, p.35), 5,38% dos assentados desenvolvem exploração coletiva, enquanto que 86,59% desenvolvem exploração individual e 8,03% utilizam a terra para explorações de forma mista.

Após essa breve explanação sobre o contexto da luta pela terra e as cooperativas coletivas dos assentamentos rurais como forma de acesso econômico, político e social, passar-se-á a enfocar, em linhas gerais, o caso da COPAVI. Este assentamento, com 256,52 hectares, é derivado do processo de luta pela terra realizada pelo MST, sendo um exemplo no que se refere ao sistema coletivo de gestão produtiva e social.

A luta pela terra para viabilizar o assentamento das famílias na localidade decorreu de muita reivindicação¹ e insistência dos trabalhadores sem terra. A propriedade considerada improdutivo foi desapropriada pelo INCRA em 1988, mas somente em 1992 este órgão teve a posse da área, e a efetiva ocupação pelas famílias, vindas das regiões Oeste, Sudoeste e Centro-Sul do Paraná, só ocorreu em 1993.

No dia 10 de julho do mesmo ano foi fundada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda (COPAVI), que passou a ser considerada um instrumento importante na viabilidade do assentamento, tanto no planejamento da produção, quanto na esfera política e social da 20 famílias que ali se instalaram; mesmo com algumas oscilações este número se mantém.

No que se refere à produção, após os primeiros financiamentos do PROCERA, foi iniciado os projetos de produção de leite e derivados de cana-de-açúcar (melado e açúcar mascavo) e a criação de suínos e aves. Como forma de tornar viável a produção da cooperativa, o leite (rebanho total de 120 cabeças, sendo 50 matrizes leiteiras), passou a ser pasteurizado através da construção de um mini-laticínio, que além de ser vendido in natura, produz-se derivados como o iogurte e o queijo. Com a produção de banana tem-se o doce e a fruta cristalizada. Há ainda no assentamento uma horta agroecológica como forma de buscar um mercado em ascensão e, ao mesmo tempo, ampliar o leque de possibilidades de atividades econômicas. Em decorrência dos problemas com o preço, a criação de suínos e aves acabou sendo deixada somente para o consumo.

A comercialização dos produtos da cooperativa ocorre tanto no município de Paranacity, onde se localiza a COPAVI, como também nas cidades de Londrina e Maringá.

Um ponto importante sobre essa experiência de cooperativismo, se refere a forma de organização do trabalho, que por ser coletivizado, apresenta algumas peculiaridades que os produtores com uma cultura individualiza não estavam acostumados a realizar. O horário de trabalho ocorre das 7:00 as 12:00

horas e das 13:00 as 19:00 horas de segunda a sexta-feira. O pagamento é realizado por hora trabalhada, independente da função exercida dentre as atividades. Para o cumprimento desses horários e das sociabilidade do coletivo (refeitório, moradia na agrovila - não ocorrendo separação por lote) é necessário disciplina, organização e unidade interna.

Já, os critérios para adesão de novos sócios na cooperativa são: a) a necessidade de trabalhadores, ou seja, o assentamento tem que necessitar de mais pessoas para o processo produtivo; b) ter que morar no assentamento; c) ser sócio da cooperativa (morar e trabalhar no assentamento durante quatro meses como experiência); e, d) aprovação em assembléia geral da aceitação da nova família na cooperativa.

Como se verifica, esses critérios para aceitação de novos associados à cooperativa está basicamente relacionado com a capacidade desta de receber definitivamente mais famílias na localidade. Embora preenchida a quantidade de assentados para o funcionamento do assentamento, há também a utilização do trabalho assalariado nos momentos de pico das atividades. O fato de recorrerem a esta relação de trabalho, à princípio, pode parecer contraditório, no entanto, está circunscrito ao processo de gestão dos próprios assentados e não como uma forma de expropriação de outros trabalhadores.

Por fim, diante dessa forma de organização dos trabalhadores rurais o que se percebe é que estes, inseridos agora em sua terra coletivizada, apresentam uma renda mais elevada do que o trabalhador urbano com o mesmo nível de qualificação. Essa renda, segundo dados fornecidos *in locus*, está em torno de seis salários mínimos bruto e, subtraindo todos os gastos com alimentação, transporte, educação, entre outros, os cooperados têm uma renda líquida em torno de um salário e meio.

Diante desse quadro geral, o que se percebe é que a conquista da terra não significa o fim da luta desses trabalhadores rurais, mas esta ainda continua, pois é fundamental viabilizar o lote social e economicamente. Entretanto, cumprir o papel social da terra por meio da reforma agrária se torna extremamente difícil frente a falta de políticas públicas consolidadas e que possibilitem ao assentado produzir, comercializar e viver dignamente na sua propriedade.

Assim, uma estratégia de existência encontrada pelos mesmos tem sido, entre outras, as cooperativas de produção. Todavia, mesmo com uma renda razoável pelo nível de qualificação desses produtores, o que se percebe é uma resistência de muitos em continuar no assentamento coletivo, isso tendo

em vista que das 20 famílias iniciais do assentamento, cinco delas não conseguiram se adaptar ao sistema coletivista. Dentre as dificuldades pode-se dizer que a questão do sonho da propriedade individualizada ainda acontece para muitos dos produtores e, além disso, as regras estabelecidas para conviver através do sistema cooperativista "integral" acabam sendo uma barreira para alguns deles.

Entretanto, não se têm respostas até quando tais produtores conseguirão manter essa forma de organização, pois devido a necessidade constante de especialização das atividades para ter competitividade no mercado, há uma forte pressão para que a cooperativa venha a pensar cada vez mais em sua inserção no modo capitalista.

Agora, que esta forma de cooperativa de produção é a que mais se assemelha a proposta integral do cooperativismo não resta dúvida, pois nesta o cooperado se envolve totalmente no sistema, trabalhando, morando, comendo, enfim, vivendo a prática cooperativista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta breve análise da gênese e estruturação do sistema cooperativista, verificou-se que este contém princípios de transformações sociais em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, visando o bem estar de uma classe que se encontra subordinada ao modo capitalista, que são os pequenos produtores. Mas, na verdade, o que se presencia é o desvirtuamento desta proposta beneficiando os produtores mais capitalizados, com isso, negando a doutrina cooperativista.

Diante do exposto, considera-se pertinente algumas reflexões.

A princípio um dos grandes problemas relacionados ao sistema cooperativista no Brasil é a resistência dos produtores rurais em se associar à cooperativa, pois se é tão relevante porque este sistema não se generaliza? O que se constata é a falta do sentido de coletividade e confiança, pois como o trabalho em conjunto requer regras, muitos produtores se sentem limitados dando preferência para o trabalho individual. Outro problema é com relação ao destino e divisão do pro rata, pois quando o valor é pequeno, ou estão no prejuízo, os produtores não aceitam e abandonam o sistema cooperativo; as pessoas querem ter vantagens e na medida que estas cessam, não querem mais.

Pode-se ressaltar também que no momento da venda de sua produção, o produtor vende para quem paga mais e não para a cooperativa que em determinados momentos, mesmo pagando preços menores, oferecem incentivos para a prática da agricultura. Neste sentido, verifica-se a caracterização de muitas cooperativas liquidadas devido à concorrência com as empresas privadas.

Um outro ponto relevante é que diante de todas estas transformações questiona-se se a COCAMAR ainda possui elementos característicos de uma cooperativa, pois para tentar se manter no mercado viu-se a necessidade de readaptação ao sistema do Complexo Agroindustrial, imprimindo características de uma empresa. Todavia, pode-se também questionar: se ela não evoluísse será que conseguiria sobreviver? Obviamente que se conseguisse teria uma maior dificuldade de se manter no sistema econômico vigente, desta forma é relevante sua transformação como condição para sua recriação. O problema aí é que para isso há uma intensa subordinação e marginalização dos produtores familiares.

Ralph Panzutti² considera que o sistema cooperativista ainda é viável, mas é necessário que este corresponda às funções agroindustriais (industrialização e comercialização), e o fato destas crescerem, não significa que deixam de ser cooperativas, pois continua beneficiando os produtores. Este é o sentido das cooperativas, mas com todas estas modificações em seu funcionamento e estrutura será que ainda favorece aos produtores no sentido pleno que vigora na lei cooperativista? De certa forma, vê-se pela experiência da COCAMAR uma preocupação em propostas de auxílio à produção, mas outros elementos básicos para com os associados são subtraídos, permanecendo apenas algumas características para não se perder a essência da cooperativa e, com isso, podendo ainda receber vantagens pela sua condição de associação de pessoas.

Com relação à realidade posta pelas cooperativas coletivas dos assentamentos rurais, observa-se que esta é a que mais se assemelha aos princípios cooperativos. Mas, com as transformações econômicas, estas também estão pressionadas a se reestruturar para sua continuidade no cenário agrário, contrariando seu objetivo maior que é a resistência ao capital. Entretanto, não se tem resposta até quando tais produtores conseguirão preservar tais princípios cooperativos diante da atual conjuntura de mercado.

Com todas estas transformações no sistema cooperativista, imposto pelo novo padrão agroindustrial decorrente do desenvolvimento capitalista,

pode-se refletir a respeito: com a evolução das cooperativas, estas atropelaram seu próprio conceito, dificultando a compreensão do seu significado atualmente. Então, como se pode pensar a cooperativa de hoje: uma forma de resistência as mazelas do capital, ou um instrumento de reprodução deste via subordinação da produção familiar?

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Vera Mariza H. de M. A modernização da agricultura no contexto da constituição do complexo agroindustrial no Brasil. In: XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Anais. Maringá, UEM/DCE, 1992. p. 02 - 26.
- DELGADO Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1985.
- FABRINI, João Edmilson. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro - Oeste / Paraná enquanto território de resistência camponesa. Presidente Prudente: UNESP, 2002. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP de Presidente Prudente, 2002.
- _____. **Assentamento de trabalhadores sem-terra: experiência e lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Lgeo, 2001.
- FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain, CONCITEC: IPARDES, 1988.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. Cooperativismo e desenvolvimento capitalista na agricultura. In: _____. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.
- GRAZIANO DASILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/Educ, 1989.
- OLIVREIRA, Arioaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.
- PANZUTTI, R. Especificidades da empresa cooperativa agrícola: estratégias de financiamento. In: **Agricultura em São Paulo**. São Paulo: IEA, v.44, n.1, 1997. p.75-118.

PINHO, Diva Benevides. O embasamento teórico-doutrinário da atividade cooperativista. In: _____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

RIBAS, Alexandre Domingues. MST: Coopertivização e (re)organização político-territorial dos assentamentos. O caso da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentamentos da Reforma Agrária do Pontal). Presidente Prudente, 2001. [Relatório de qualificação em nível de mestrado].

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

SERRA, Elpidio. A teoria e a prática cooperativista entre os produtores rurais. In: VILLALOBOS, Jorge Guerra (Org. Org.). **Geografia social e agricultura no Paraná**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UEM, 2001.

Notas:

¹ Vale ressaltar que mesmo após a propriedade ser considerada improdutiva e o INCRA desapropriar a área, o dono da fazenda arrendou a mesma para a uma usina de álcool da cidade. Aqui ocorreu um momento de embate entre o MST e a empresa, além dos obstáculos colocados pelo próprio poder municipal para que a ocupação da propriedade fosse feita por pessoas do município. A intervenção da igreja teve grandes contribuições na mediação para que os trabalhadores sem terra fossem aceitos ocupando o local.

² Em palestra proferida sobre "Cooperativismo e Associativismo" no GEDRA (Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Desenvolvimento Regional e Agropecuário) em 08/06/2002.

Recebido para publicação em 31 de março de 2003.